

MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade — dimensões da modernidade brasileira. A Escola Nova. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

A Escola Nova, em virtude da sua inegável importância no pensamento educacional brasileiro, tem sido objeto de inúmeros estudos que enfatizam, geralmente, suas práticas pedagógicas. Neles se realça, na maioria das vezes, o confronto Escola Tradicional X Escola Nova, num momento de rupturas na sociedade brasileira. O livro de Carlos Monarcha imprime novo tratamento a este "velho" tema.

Tomando como ponto de partida a bibliografia existente sobre o assunto, o autor submete a Escola Nova a uma releitura, buscando apreender as razões pelas quais este ideário ganha corpo na sociedade brasileira a partir da década de 20, torna-se hegemônico durante um longo período, e faz-se ainda presente, de maneira intensa, no imaginário de inúmeros educadores, que nele têm um horizonte a ser conquistado.

O olhar que o autor dirige à Escola Nova faz com que ele imprima um novo tratamento à análise de seu objeto de estudo. Marcada por uma crítica radical, a análise empreendida por Monarcha atinge a gênese desse movimento e joga por terra chavões e mitos que envolvem a Escola Nova, colaborando para torná-la o ideário hegemônico no campo pedagógico. Desta análise surge uma "nova" Escola Nova, expressão de uma vanguarda brasileira que, sem nenhuma ingenuidade, elabora o projeto de uma escola necessária à construção da modernidade brasileira, modernidade esta identificada com a nova ordem industrial, em vias de instalação no país. Nesta perspectiva, o florescimento e a consolidação do ideário escolanovista no Brasil é analisado à luz de questões como civilidade, urbanidade, racionalidade, disciplina do capital e de seu grau de funcionalidade na solução destas questões.

O livro de Monarcha lança, assim, novas luzes sobre um tema da

maior importância na educação brasileira e estimula a adoção de uma nova linha epistemológica na abordagem das questões educacionais em que o "diálogo entre o campo da educação e o da história, redimensionado por questões e reflexões postas pelos movimentos sociais dos últimos anos" (ANTONAGGI 89), chama a atenção dos educadores brasileiros para a necessidade urgente de organizar os próprios saberes.

Além de atraente e provocante, pelo tratamento dispensado do tema, a leitura do texto de Monarcha é extremamente agradável em função do estilo do autor que não permite que o leitor se mantenha alheio ao seu olhar afetivo nesta viagem às origens de uma modernidade.

Ana Maria Casassanta Peixoto
UFMG

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990, 318p.

A obra em questão é uma nova edição da obra coletiva dirigida por Le Goff em 1978, **Le Nouvelle Histoire**, publicada em colaboração com Roger Chartier e Jacques Revel, na coleção **Les Encyclopedies du Savoir Moderne**. Esta nova edição, publicada na França em 1988, compreende dez ensaios através dos quais é expressa a problemática da obra; nove ensaios são sobre domínios ou conceitos-chave da "nova história": longa duração, estruturas, antropologia histórica, mentalidade, cultura material, marginais, imaginário; ou áreas de conflito sobre as quais ela precisa se definir: história imediata e marxismo; e um décimo ensaio, de autoria de Le Goff, conceitua e descreve a "história da história nova".

Com um intervalo de dez anos entre a edição da obra que sistematizou e abriu o caminho de uma "ciência em marcha", como proclamou Le Goff na apresentação de 1978, esta reedição serve para mostrar o vigor e a evolução dos trabalhos dentro de uma nova concei-

tuação de pesquisa em história, e é enriquecida com nova bibliografia anotada e comentada. São livros que nos informam dos novos métodos, novos objetos e novos tratamentos da pesquisa histórica, não apenas na França, mas nos principais centros científicos do mundo ocidental.

O autor tem seu nome e trabalho vinculados à célebre revista **Annales** e à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, instituições que deram abrigo aos inovadores do conceito de pesquisa histórica, em oposição à escola positivista e tradicional. Por que uma "história nova"? Recusando o modismo intelectual estéril, Le Goff responde que, assim como a história das sociedades evoluiu, a maneira de pensar a história também. Desse modo, a história nova é sobretudo uma nova maneira de "olhar a história", fornecendo novas ferramentas para o ofício de historiador. Fazendo um balanço dos efeitos e da repercussão que a nova história vem tendo nos meios intelectuais, Le Goff não deixa de lado o ensino. O pesquisador mostra sua sensibilidade de educador e redime os professores de história que ainda parecem estar atados a uma visão tradicional da disciplina: "sopa insossa, azedada e pouco nutritiva." Contudo, diz ele, esses professores têm demonstrado espírito crítico e boa receptividade às inovações, apesar de afastados da pesquisa por razões profissionais. Não deixa, porém, de alertar os encarregados do ensino quanto à necessidade de se reduzir o factual à sua dimensão pedagógica e quanto ao equívoco oposto de se introduzir a nova história nos currículos escolares elementares. Exemplificando com a cronologia, explica que esta "continua sendo um conjunto de referências que, sem dúvida, deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público."

Os dois aspectos definidores desta multiplicidade de enfoque e gêneros a que se denominou de história nova foram a revolta contra a estreiteza da história positivista e a abertura de novos caminhos para o conhecimento das sociedades utilizando-se de ciências afins. A sociologia, a antropologia, a demografia foram as disciplinas que mais contribuições metodológicas trouxeram, mas também a psicologia

social, a psicanálise e a lingüística têm, freqüentemente, dado suporte a autores e temáticas da nova história. Dal a utilização de novas fontes, a ampliação destas e o recurso ao que fora desprezado pelos historiadores tradicionais. Inspirada pela revista **Annales d'Histoire Économique et Sociale** (1929), fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a pesquisa histórica passou a deter-se principalmente nos aspectos econômicos e sociais, contrapondo uma nova análise às formas tradicionais da história narrativa e sobretudo à história política, dos acontecimentos espetaculares. No ensaio **A história e a longa duração**, Michel Vovelle apresenta e discute o conceito fundamental em que se baseiam os trabalhos da nova história, que é o da "longa duração". Foi Fernand Braudel que expôs algumas das noções-chave da história nova: estrutura, modelo, mito, história social, história do inconsciente, desenbocando, por fim, no conceito de longa duração e mentalidades, que encerram a conotação de resistências das sociedades às mudanças. Demonstrando como se evoluiu do conceito de história como acontecimento até chegar-se à noção fundamental do tempo longo, Vovelle constata que o tempo da história modificou-se e hoje é capaz de formular problemas que só se concebem ao longo dos séculos. A longa duração trabalha com estruturas sociais e permanências que desafiam a história oficial dos acontecimentos. Portanto, a história das mentalidades vai ser possível a partir da descoberta dos tempos lentos. Por sua vez, a emergência da longa duração deveu-se ao aparecimento de novas fontes: séries estatísticas, curvas proporcionais, curvas de preço, registros notariais, de batismos e casamentos, contratos, testamentos, inventários, no campo dos documentos escritos. Há, ainda, que considerar as fontes não-escritas: arqueológicas, documentos iconográficos, fontes orais.

Já o historiador polonês Krzysztof Pomian oferece-nos em seu ensaio **A história das estruturas** uma interessante análise da influência da escola estruturalista de Claude Lévy-Straus na pesquisa histórica recente. Esta se consubstancia na mudança do olhar do historiador, já não preocupado apenas com o extraordinário, o singular, mas deslocado para o regular, o cotidiano. O primeiro tipo de história a fazer uso das estruturas é a história econômica, ao dar preferência aos

fatos que aparecem em massa, rompendo com o tempo nivelado e linear da história factual. Pomian conclui seu ensaio propondo uma nova conceituação de "revolução". Esta não é mais pensada como uma seqüência de acontecimentos únicos, mas como uma onda de inovações que se propaga a partir de um ponto inicial, através de inumeráveis repetições. Como exemplo desse novo enfoque, cita a obra de F. Furet e J. Ozouf (1977) a respeito do movimento de alfabetização na França durante um período de cerca de trezentos anos. Num ensaio mais específico com relação a aspectos metodológicos da nova história **A antropologia histórica**, André Burguière analisa os usos das formas de vida cotidiana pelo historiador, comparando os historiadores dos *Annales* aos pintores impressionistas que revolucionaram a pintura do século XIX, abandonando os salões e indo para o campo, pintar cenas da vida comum. Demonstra, ainda, como os *Annales* deu-se início à valorização de uma história dos humildes, do homem comum, seus gestos e suas realizações. Mostra, ainda, a contribuição do método etnológico para a pesquisa histórica dar conta de aspectos opacos e marginais da realidade social, através dos desvendamentos e da interpretação dessas opacidades. É ainda a antropologia histórica a responsável por pesquisas históricas em áreas inovadoras como às da alimentação, do corpo, da sexualidade, da família e também a dos comportamentos e dos sistemas de representações de determinada sociedade.

Um dos ensaios fundamentais da obra é o de Philippe Ariès sobre o assunto tão em foco entre os pesquisadores das ciências humanas, hoje: **A história das mentalidades**. De maneira didática e com uma excepcional clareza de conceitos, somos apresentados ao nascimento e desenvolvimento da história das mentalidades que, ao contrário do que se pensa, não é nova, nem privilégio dos historiadores franceses dos *Annales*. Citando Huizinga, historiador holandês, Ariès mostra que o domínio do imaginário, dos sentimentos, da brincadeira e da gratuidade é tão importante quanto o da economia. O ensaio evidenciar as etapas sucessivas que a questão das mentalidades atravessou **na produção** historiográfica do início até os nossos dias. A **partir dos anos 70**, há um declínio dos temas econômicos e o que Ariès chama de uma invasão dos temas raríssimos no universo da

pesquisa histórica como: a família, a sociabilidade, a criança, a algarra e a piedade popular. O método das mentalidades consegue ainda individuar traços da história presente mostrando as diferenças e as permanências do passado no presente, tornando-o mais transparente. Outra grande contribuição à história das mentalidades foi a que adveio das pesquisas sobre a vida material. Os métodos, ligados inicialmente à arqueologia, são analisados por Jean-Marie Pezeux no ensaio **História da cultura material**, que oferece, sem dúvida, uma contribuição à discussão sobre o conceito de "cultura" e mostra como nos trabalhos atuais as massas silenciosas são colocadas em primeiro plano e, ainda, como se deve ultrapassar uma "história das técnicas", considerando-as como mais um elemento da cultura material. Abordando um novíssimo veio aberto para a pesquisa histórica, o ensaio de Jean Lacouture **A História Imediata** discute os pressupostos teórico-metodológicos de uma história do presente, escrita "no calor dos acontecimentos". Não se trata de uma volta aos acontecimentos, mas de uma tentativa de se dar aos fatos do presente um tratamento analítico próprio do historiador. Há prós e contras em questão.

Uma questão que aparece como divisora de águas entre os partidários da história nova é seu relacionamento com a corrente historiográfica do marxismo. Naturalmente as duas correntes não se podem ignorar e isto é tratado no ensaio **Marxismo e História Nova**, de Guy Bois, que mostra que apesar da história nova ter sido em muitas questões inspirada por métodos de pesquisa do materialismo dialético, a confluência entre as duas não é coisa simples: "Ela se choca sem cessar com novos obstáculos, mas permanece mais necessária do que nunca." E conclui: "Essa resposta deve ser buscada numa prática histórica que associe maior abertura aos novos métodos (...) e a aplicação real, e não formal, dos conceitos básicos do materialismo histórico."

Finalmente, os dois ensaios que fecham o livro tratam de aspectos inovadores e recentíssimos na temática da história nova: **A história dos marginais**, de Jean Claude Schmitt e a **História do imaginário**, de Evelyne Patlagen.

O livro, como um todo, é denso, profundo e atualíssimo para todos os pesquisadores em ciências humanas, educação inclusive, além de ser um repertório de trabalhos importantes desenvolvidos numa área ampla que vem sendo, em muitos aspectos, recortada pela atual

pesquisa desenvolvida nos cursos de pós-graduação.

Maria Inez Salgado de Souza
Faculdade de Educação UFMG